

Nota do editor

Paulo de Carvalho



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/597>

DOI: [10.4000/ras.597](https://doi.org/10.4000/ras.597)

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

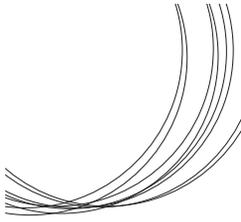
Data de publicação: 1 dezembro 2011

Paginação: 5-8

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Paulo de Carvalho, « Nota do editor », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 8 | 2011, posto online no dia 13 dezembro 2013, consultado no dia 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/ras/597> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/ras.597>



Nota do editor

Neste nº 8 da *Revista Angolana de Sociologia*, decidimos abordar um tema actual — as subculturas juvenis. Trata-se de uma temática que deve constituir preocupação das Ciências Sociais em geral e que deve servir de base para a adopção de políticas públicas adequadas, pelos governos.

A respeito de subculturas juvenis, trazemos 3 artigos, 1 nota de pesquisa, 2 projectos e 1 recensão, num total de 7 textos.

A abordagem desta temática começa com Teresa Fabião, que aborda a interculturalidade, com elementos ligados à dança e à música de África e de Portugal a entrelaçarem-se. Analisa concretamente a forma como as danças africanas são praticadas em Portugal. A pesquisa permitiu concluir haver uma errada “tendência para generalizações e estereótipos em torno do conceito de ‘África’ (tratada como uma unidade, ou como a terra mítica, selvagem, monolítica e quente)”. Permitiu, por outro lado, verificar que “o conceito de ‘danças africanas’ aparece muito mais vezes no singular (como se houvesse uma única dança africana) e frequentemente associado a danças de tribo, atléticas e explosivas” [pp. 101-102].

A autora recorda que Portugal “vive ainda hoje um contexto de reafirmação do racismo e xenofobia em relação às populações africanas, pelo que fomentar uma reflexão crítica sobre estes temas pode contribuir, em muito, para o reconhecimento de direitos e de histórias conjuntas e na construção de um presente mais saudável” [p. 104]. Conclui que “as trocas interculturais . . . podem contribuir para dissolver problemáticas coloniais e pós-coloniais” [p. 105].

Segue-se Ângela Maria de Souza, que aborda o movimento *hip hop* nas comunidades de imigrantes africanos em Portugal, com particular destaque para angolanos e cabo-verdianos. O *rap* é uma forma de encarar o mundo, mas é também uma maneira de estar no mundo, através da abordagem dos problemas sociais da actualidade, que são consequência de um passado e que devem permitir a reflexão que conduza à sua superação num futuro próximo.

Diz-nos Ângela de Souza que, ao cantarem a *realidade*, os *rappers* africanos que vivem em bairros degradados da Grande Lisboa “relatam a sua forma de ver o mundo no qual se encontram e a música funciona como uma espécie de comunicação que denuncia uma realidade de insatisfação, ao mesmo tempo que estabelecem uma relação de proximidade com o que é cantado” [p. 125].

A terminar o conjunto de três artigos respeitantes ao tema deste número, Paulo de Carvalho traz-nos uma reflexão a respeito da delinquência juvenil contemporânea na cidade de Luanda. O autor fala-nos da forma como os grupos informais de jovens de Luanda começaram a transformar-se em gangues de rua a partir da segunda metade da década de 1990. Apresenta as causas da delinquência juvenil na capital angolana, bem como as características e a forma de actuação dos gangues de rua de Luanda, com base em pesquisa feita junto de jovens delinquentes.

Em relação aos demais artigos, este número abre com uma reflexão de Samuel Mateus acerca do indivíduo, do individualismo e da individuação. Diz-nos o autor que “a tese individualista consiste na atribuição do primado metafísico do indivíduo fazendo-o *pivot* do universo social ao ponto de se tornar difícil equacionar as transformações colectivas sem as subordinar a uma intenção ou projecto individuais” [p. 13].

O individualismo é uma corrente de pensamento que “coloca o indivíduo, não só em contraposição, como em competição com a sociedade. Ele sente-se amoraçado pelo tecido social como se este o inibisse e impedisse de ter acesso ao seu ‘Eu’, à sua interioridade, à sua personalidade, à sua essência ou alma” [pp. 13-14]. Mas é preciso considerar que “o individualismo não se confunde com egoísmo”, já que, segundo Tocqueville, “o individualismo é um sentimento ponderado e tranquilo que predispõe cada cidadão a isolar-se da massa dos seus semelhantes e de se dedicar ao recolhimento com a sua família e os seus amigos; de tal maneira que tendo criado deste modo uma sociedade em miniatura, ele abandona de bom grado a sociedade” [p. 14]. Até porque, ainda, de acordo com Elias, “pensar no Eu implica inegavelmente pensar num Nós” [p. 15].

Recorda o autor que para Simmel e para Elias, “a inclusão do indivíduo na sociedade subsiste sempre e com tanto mais vigor quanto o indivíduo chama a atenção sobre si mesmo”, até porque “a sociedade é . . . o elemento referencial de toda a actividade do indivíduo” [p. 18].

O angolano Eugénio Alves da Silva traz-nos um artigo a respeito da mulher em meio rural angolano. Diz-nos que, em meio rural angolano, há “lógicas de dominação masculina” [pp. 22, 27, 32] e que a socialização das meninas se faz com base no costume e na tradição, que se apoiam em ritos de iniciação e numa base social de discriminação da mulher, cujo destino é ser dona de casa, esposa e mãe.

A mulher é, antes de mais, “garantia de reprodução da linhagem, pelo que será estimada pelo marido consoante o número de filhos que gerar” [p. 27]. A mulher rural “goza de uma ‘cidadania mitigada’, sendo-lhe limitadas as oportunidades de participação na esfera pública comunitária” [p. 32]. É claro que sabemos existirem também excepções a esta regra muito genérica, visto haver locais em que a mulher chega mesmo a assumir funções de gestão em comunidades rurais. Mas, em geral, a mulher rural exerce também actividades laborais de grande destaque (como o próprio autor sublinha), sendo mesmo vital para a economia doméstica.

Eugénio Silva conclui ser na tradição cultural que as mulheres se refugiam, pois daí “resgatam o sentido de identidade e dignidade, reportados aos valores e interesses da comunidade na qual encontram compreensão e solidariedade” [p. 23].

Segue-se outro angolano, o sociólogo Orlando Santos, que nos traz uma reflexão também a respeito da mulher, mas no mercado informal cidadão. Fala-nos da ‘zungarização’ do comércio na cidade

de Luanda, onde a informalidade cresce a olhos vistos, dando a milhares de pessoas a possibilidade de amealhar recursos para sustento do lar e para investimento na ampliação do negócio. Havendo desigualdade de género no acesso à instrução formal e no acesso ao mercado de trabalho, a alternativa encontrada por quitadeiras, kinguilas e zungueiras visa proporcionar a saída da pobreza extrema, aliviando assim uma das dimensões de exclusão social.

O autor diz-nos que a sua pesquisa, feita nas ruas de Luanda, permite concluir que “o rendimento económico das mulheres comerciantes de rua é quase que inteiramente investido na educação dos filhos, na compra de terrenos para construção da casa própria e na manutenção da casa” [p. 58], de modo que a pobreza e a exclusão social não se reproduzam para a geração seguinte.

Álvaro Pereira aborda a distribuição e o consumo de água potável em Angola. Trata-se de tema importante para a Sociologia, em virtude de o acesso à água potável ser um indicador de qualidade de vida, sobretudo num país que regista elevados níveis de crescimento económico e que possui uma das maiores bacias hidrográficas da África Austral, mas onde acima de metade da população não tem acesso a água potável em casa. A acção do governo a este respeito favorece o crescimento de uma rede de venda informal de água, mesmo na capital angolana, onde a maior parte da população não tem água canalizada em casa.

O autor introduz na análise uma variável indispensável, que é o desenvolvimento sustentável — que incute a “preocupação de preservação ambiental a longo prazo, que assegure a existência de recursos indispensáveis à manutenção dos ecossistemas”, garantindo também a “permanência da vida humana, fauna e flora, tal como a conhecemos hoje” [p. 70].

O conjunto de artigos deste número termina com a intervenção da historiadora Anabela Cunha, que aborda outro importante tema para a Sociologia — a luta de libertação em Angola, mais concretamente a luta clandestina desencadeada em finais da década de 1950, que desembocou no chamado “Processo dos 50”.

Tendo em conta a acção da polícia política colonial, os nacionalistas estavam divididos em pequenas células, de forma que muitos deles não soubessem da acção dos demais. Ademais, “as reuniões clandestinas, a distribuição de panfletos, o envio de correspondência para o exterior, as viagens dentro e para fora de Angola e a mobilização da população eram arquitectados de forma que as autoridades coloniais não se apercebessem das manobras que eram feitas em prol da liberdade” [p. 90].

Pode aqui adiantar-se que “as prisões de 1959 foram o resultado da maturação de um conjunto de ideias que provinham de décadas anteriores e que foram postas em prática pelos patriotas envolvidos no chamado ‘Processo dos 50’ e por outros que, apesar de não terem sido presos, viriam também mais tarde a desempenhar um importante papel na luta de libertação” [p. 93].

No que respeita a notas de pesquisa, Eduardo Ferreira Santos e Ana Sousa Bastos apresentam os resultados de um estudo sobre violência contra jovens mulheres realizado da periferia da cidade de Salvador (Bahia, Brasil). Seguem-se dois projectos, sendo um respeitante a vivências e dinâmicas educativas dos jovens angolanos (de autoria de Sílvia de Oliveira) e outro em que se planifica um estudo junto de crianças de S. Tomé e Príncipe (de autoria de Sandra Marlene Barra).



Numa interessante entrevista publicada por uma revista estudantil, que aqui retomamos, Jacinto Rodrigues aflora a presença e a força do 'Sul', em "oposição" ao 'Norte'. Esclarece que "'Norte' e 'Sul' não existem como identidades separadas. A alteridade antagonica imposta por estes dois termos não pode ser entendida duma forma redutora. A afirmação acintosa do 'Norte' (países civilizados) gera uma discriminação pela positiva valorizando o 'Sul' (povos dominados) num processo de libertação" [p. 192]. Prossegue, dizendo que "estes dois paradigmas, 'Norte' e 'Sul', têm que ser utilizados duma maneira transparadigmática para se poder perceber a génese discriminativa subjacente a esta polaridade. É importante sublinhar que esta polaridade é mutável e que existe uma contínua metamorfose entre estas duas forças tendenciais que se plasmam no território" [p. 192].

Quanto ao 'Norte', há "cada vez menos criatividade e entusiasmo no 'Norte', sempre tomado no sentido simbólico. Há cada vez mais uma reprodução mecânica da tecnosfera industrial. Têm surgido cada vez mais projectos artificiais com impacto negativo na biosfera. As formas mediáticas e os instrumentos tecnocientíficos são esgotantes e frios." [p. 194] Em contrapartida, o 'Sul', que é "simbolicamente a força do fogo, tem a ver com o entusiasmo, com a inspiração e com a capacidade de inovar. Do 'Sul' vem a força de dentro, a força endógena que é diferente da exógena, que vem de fora. Dar lugar ao 'Sul' é dar lugar à simplicidade, à criatividade e a essa civilização do Ser" [p. 194].

Quanto a livros, abrimos com *Homicídio entre jovens na periferia* (de José Eduardo Ferreira Santos). Seguem-se duas apresentações, subscritas pela historiadora Anabela Cunha e pelo sociólogo e escritor Artur Pestana Pepetela.

Bom ano de 2012.

Paulo de Carvalho